

O gasista

COMGÁS SE CONTRADIZ E VOLTA A DEMITIR

Novamente, como sempre ocorre logo após a campanha salarial, a Comgás volta a demitir. Mesmo após o diálogo estabelecido pelo **Sinergia Gasista**, a companhia aplicou o método de desligamento em várias de suas unidades, numa demonstração de desrespeito a quem gera o lucro da empresa.

Não bastasse o impacto na produção e prestação de serviços, que afetará o consumidor final e quem se manteve nos postos de trabalho, a Comgás ainda de-

monstra que a responsabilidade social apontada em suas peças publicitária não se estende a quem terá de buscar emprego em pleno período de pandemia.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego no país ficou em 14,6%, o equivalente a 14,8 milhões de pessoas desempregadas, a segunda maior desde 2012. Uma trágica estatística que a Comgás ajuda a ampliar com a demissões, que serão questionadas pelo sindicato.

ATUALIZAÇÃO DOS TÍQUETES

Após cobrança do sindicato, a Comgás informou que os tíquetes Vale Alimentação (VA) e Vale Refeição (VR) serão corrigidos conforme negociação do ACT 2021-2023, sendo 12% no VA e 8,06% no VR. As diferenças serão pagas até dia 10 de setembro.

COMGÁS REABRIRÁ INSCRIÇÕES PARA BOLSA DE ESTUDOS



A Comgás abrirá novamente inscrições para o pagamento de bolsas de estudos aos gasistas e às gasistas que desejam voltar a estudar. O ponto, porém, segue como algo polêmico, já que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) prevê que qualquer alteração nesse item deve passar por uma negociação com o sindicato.

Mas a empresa fez modificações, inclusive nos critérios de concessão,

sem consultar o Sinergia Gasista, que integra a comissão que discute o tema, mas não se reúne há dois anos para tratar do assunto.

Após críticas e cobranças do sindicato, a companhia se comprometeu a reabrir as inscrições até o final de agosto por meio da intranet e de chamado no CSC para todos que desejem ter acesso a bolsas.

Após aprovadas, pautas da GBD e da Naturgy vão para mesa de negociação

Entre os dias 27 e 29 de julho, os trabalhadores e trabalhadoras da Naturgy e da Gas-Brasiliense Distribuidora (GBD) aprovaram as propostas para construção do novo Acordo Coletivo de Trabalho.

As assembleias, como tem ocorrido durante todo período de pandemia de Covid-19, novamente foram digitais como forma de manter o isolamento social ainda necessário para conter o novo coronavírus.

Os gasistas e as gasistas da Naturgy definiram como pontos principais um acordo de dois anos, até agosto de 2023 – com exceção das cláusulas econômicas, válidas até agosto de 2022 –, a escolha do maior indicador para reajuste entre aqueles que aferem a inflação e o impedimento à demissão sem justa causa.

No caso da GBD, além das cláusulas presentes nas propostas da Naturgy, o Sinergia Gasista destacou a manutenção do quadro de trabalhadores mesmo em caso de privatização ou troca do controlador acionário por ao menos 18 meses.

Com a decisão das bases, as pautas foram enviadas e o sindicato aguarda a sinalização das empresas para abertura das mesas de negociação.

Com nova reforma trabalhista, Bolsonaro piora o que já era ruim

A reforma trabalhista proposta pelo governo golpista de Michel Temer (MDB), aprovada em novembro de 2017, alterou mais de 200 pontos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a precarização do trabalho, a medida reduziu renda e não gerou empregos.

Trabalho com carteira assinada virou artigo de luxo, os salários caíram, os sindicatos foram enfraquecidos e o acesso à justiça do trabalho ficou ainda mais difícil.

Para piorar, o governo Jair Bolsonaro resolveu cumprir o que já havia afirmado em 2018, que “o trabalhador terá de escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego”.

A nova reforma presente na Medida Provisória nº 1045 faz o que governos comprometidos exclusivamente com o lucro dos empregadores mais gostam, derrubar ainda mais os direitos.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados no dia 10 de agosto propõe a retirada de conquistas como férias, 13º salário e diminui o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Com a criação do Regime Especial de Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip), as empresas poderão contratar jovens entre 19 e 24 anos, por até dois anos, sem carteira assinada, com salários de R\$ 550 para uma jornada de 22 horas semanais.

Além disso, o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), que visa atender jovens de 18 a 24 anos e trabalhadores com 55 anos ou mais que estejam ao menos um ano desempregados, permite a contratação sem direito a 50% dos salários devidos, no caso de demissão antes do fim do contrato.

A multa sobre o FGTS cai de 40% para 20% e as alíquotas depositadas no Fundo caem de 8% para até 2% (no caso de microempresas), 4% (empresas de pequeno porte) e 6% (demais).

A medida agora segue para votação no Senado. Caso não seja alterada, bastará a sanção do presidente para entrar em vigor.

LULA É ABSOLVIDO NOVAMENTE E JUSTIÇA ESCANCARA FARSA PARA ELEIÇÃO DE BOLSONARO

A Justiça de Brasília anulou a denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o caso do sítio de Atibaia no dia 21 de agosto. De acordo com a juíza Pollyanna Martins Alves, não há provas de que Lula recebeu dinheiro da Odebrecht para pagar reformas no sítio.

A decisão é a 17ª vitória da defesa do ex-presidente e se soma a de outros casos como o triplex do Guarujá (ficou provado que Lula nunca foi

dono, nunca recebeu, nem foi beneficiado pelo apartamento no Guarujá, que pertencia à OAS) e o caso do terreno do Instituto Lula (ficou provado que o Instituto nunca recebeu doação de terreno, ao contrário do que diz a denúncia da Lava Jato).

O parecer da juíza mais uma vez aponta para os estragos que julgamentos tendenciosos podem acarretar ao país. A série de denúncias



que levaram Lula à prisão e seguem sendo desmascaradas ajudaram a eleger Bolsonaro e, consequentemente, a lançar o Brasil a uma das piores crises da história, com desemprego recorde e ameaças constantes de golpe. Enquanto o juiz Sérgio Moro, que julgou o ex-presidente, tornou-se ministro de Bolsonaro.